

A questão externa

Não defendemos — longe disso — a tese radical do não-pagamento da dívida externa. Não é próprio de países civilizados, nem de pessoas que também o sejam, eximir-se do cumprimento das suas obrigações contratuais. Mas apoiamos a idéia da negociação em bloco da dívida do Terceiro Mundo por ser, a esta altura, indispensável atribuir-lhe um status político. No plano exclusivamente financeiro, essa questão não encontrará respostas adequadas seja para devedores seja para credores.

A dívida se tornou um problema político, primeiramente, quando se viu inflada, gravemente inflada, pela inflação americana da década de 70, que elevou os juros internacionais, fazendo com que o estoque da dívida crescesse vertiginosamente. Tornou-se um problema político também quando os banqueiros, transbordando em petrodólares, saíram pelo mundo a oferecer dinheiro sem julgamento adequado dos projetos que financiavam. Mas, sobretudo, tornou-se ela um problema político quando os países devedores se viram impossibilitados de pagá-la. Por trás de cada Governo que deve há hoje milhões de pessoas famintas, de crianças desnutridas, analfabetismo e enfermidades. Isto é um problema político.

A tentativa ensaiada esta semana em Caracas de articular os devedores em torno de uma estratégia comum, ainda que não tenha tido êxito agora, é um caminho sem retorno. Ou se articulam todos para, juntos, encontrarem uma saída com perdas mínimas para os dois lados

ou o problema desaguará num grande crack internacional. Os países devedores não vão pagar. Os bancos vão perder. Isto é uma visão realista, que não exprime uma vontade mas uma necessidade.

Só vemos duas variáveis para o encaixamento deste problema. A primeira é a constituição de um fundo internacional, provido pelo Tesouro dos países ricos, para a compra das dívidas dos países devedores. A outra é a moratória coletiva seguida de uma integração comercial entre os países devedores de modo a reduzir o comércio com moeda conversível. Essa estratégia aumentará a segurança interna do bloco devedor, pois reduziria a vulnerabilidade à retaliação, ensejando um certo crescimento econômico capaz de permitir, no futuro, o reinício dos pagamentos. A moratória unilateral, como o Brasil fez há dois anos e está ameaçando fazer de novo, é um risco. Ela deve ser um ato coletivo.

O obstáculo que vemos, quanto ao ângulo brasileiro da questão, é o fato de termos demorado muito a encontrar saídas viáveis. O Brasil já não pode esperar. O Plano Verão exige, como medida essencial ao seu êxito, a redução das transferências de capital para o exterior porque elas são altamente inflacionárias. Se o Plano fracassar, o problema político interno se tornará tão grave que a moratória unilateral não terá alternativa. Com instabilidade política interna, alta inflação e dificuldades no relacionamento internacional, não se pode prever o que acontecerá ao Brasil.